

Imprensa satírica e ditadura militar no Brasil: a experiência do Pingente¹

Luiz Agner

Introdução: o humor na história do pensamento

O humor tem estado diretamente ligado aos caminhos seguidos pelo homem para encontrar e explicar o mundo, por isso tem a faculdade de nos fazer reconhecer, ver e apreender a realidade de um modo que a razão séria não atinge – ensina-nos o filósofo Ritter (apud Alberti, 1999).

Na história do pensamento e da filosofia, não foram poucos os que se ocuparam em decifrar ou explicar o riso: Hobbes, Schopenhauer, Spencer, Darwin, Freud, Bergson e muitos outros autores propuseram formulações que visaram a decifrar o enigma do humor e dos objetos risíveis.

O riso, o humor e a ironia foram muitas vezes encarados como um potencial para a “redenção do pensamento”, capaz de posicionar a filosofia entre a razão e a não-razão – ou seja, entre o que é próprio do homem (a razão que o difere dos outros animais) e “o que não é próprio de Deus” (a loucura, a distração, o pecado...). Segundo Alberti (1999), o leitmotiv presente em textos de proveniências e objetivos diversos, a respeito do humor, pode ser resumido na ideia de que o riso partilha o espaço do indizível e do impensado – o riso representa aquilo que é necessário para que o pensamento sério se desprenda dos limites em que está normalmente aprisionado. “Em alguns casos, mais do que partilhar esse espaço, o riso torna-se o carro-chefe de um movimento de *redenção do pensamento*”.

O pensador deverá, segundo Ritter, “colocar o chapéu do bufão” para se instalar no último refúgio onde ainda pode apreender a essência do mundo. Desta forma, o riso e o cômico são interagentes indispensáveis para o conhecimento e a percepção da realidade em sua plenitude. Nesta trilha seguiram outros autores – talvez mais radicais, como Bataille – que veem no riso “a questão-chave” ou o “enigma essencial” (capaz de abrir as portas do pensamento para ir ao “fundo das coisas”).

Nietzsche conferia ao riso o valor mais alto do ponto de vista da verdade filosófica. Em seu texto *Zarathustra*, Nietzsche estabeleceu a sua conhecida proposição, na qual encara o humor como o validador filosófico da verdade: “Que seja tida como falsa toda verdade em que não houver uma gargalhada”. Para Nietzsche, o riso é atitude filosófica. Em *Além do bem e do mal*, propôs ordenar os filósofos em uma espécie de *ranking* de acordo com o senso de humor, em cujo topo estariam aqueles capazes de ensinar a “gargalhada de ouro” (em posição semelhante a divindades).

Para Schopenhauer, a razão (o sério, a gravidade) se torna “ridícula” – ela tem a aparência de verdade porque não é capaz de alcançar a realidade. O homem ri porque se satisfaz em verificar que a razão se engana em relação à realidade.

Sigmund Freud foi outro pensador moderno que se ocupou de compreender as profundezas do riso em seu estudo *O chiste e sua relação com o inconsciente*, de 1905. Em linhas gerais, Freud propõe que o processo de formação do chiste é análogo ao do sonho, e seu prazer está no jogo de palavras e pensamentos da infância. Por outro lado, o conhecido ensaio de Henri Bergson vai definir o cômico como uma manifestação negativa que o riso tem a função social de corrigir.

De forma resumida e esquemática, pode-se dizer que teorias clássicas sobre o riso pretenderam coincidir o sério e a gravidade com a verdade, e o não-sério com o que não é verdadeiro. Na abordagem moderna, o sério não coincide mais com a verdade, o riso vai além do sério e desvela uma realidade mais fundamental (Alberti, 1999).

O humor e a ditadura militar

Golpe militar de 1964 é a expressão que designa o conjunto de eventos ocorridos no Brasil que culminaram com a derrubada do governo do presidente João Goulart, democraticamente eleito vice-presidente pelo

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na mesma eleição que conduziu Jânio Quadros à presidência.

Segunda Motta (2004), “o golpe de 1964 foi, em essência, um movimento reativo insuflado pelo medo e a insegurança que invadiram parcelas significativas da sociedade brasileira, principalmente as camadas média e alta”. O medo da insegurança econômica, das ondas sucessivas de greves e o temor da revolução social de inspiração comunista.

O golpe militar fez-se acompanhar de violenta censura aos meios de comunicação e repressão política, especialmente no final da década de 1960 e ao longo dos anos 1970, colocando o país sob a tutela da Lei de Segurança Nacional, sob pretexto de manter a estabilidade política e a segurança interna em um mundo dividido em polos opostos pela Guerra Fria.

Além do cerceamento da liberdade de opinião e expressão, de imprensa e de organização, tornaram-se comuns no país prisões arbitrárias de cidadãos e interrogatórios sob tortura de suspeitos de atividades de oposição ao regime militar – sobretudo estudantes, jornalistas, sindicalistas e professores. Inúmeras pessoas perderam a vida devido à repressão no período (Wikipedia, 2014).

O humor gráfico desempenhou um papel fundamental na cultura e na política brasileira no período em que se estabeleceu no país a suspensão das liberdades democráticas e dos direitos civis. Foi basicamente através do humor e do cômico que a sociedade pode respirar, uma vez que a circulação de informações e de visões críticas ao regime eram fortemente restringidas pela atuação da sistemática censura aos meios de comunicação. O riso neste contexto era basicamente sinônimo de um riso de oposição, intelectualizado e engajado.

Para o humorista e roteirista da TV Globo, Ernani Diniz Lucas, o Nani, 63 anos, nascido em Esmeraldas (MG), a época da ditadura no Brasil representou o “boom do cartum”. Os jornais requisitavam muito o trabalho de cartunistas, e os pagavam bem, porque a charge e o cartum tinham formas de dizer coisas que o texto não podia dizer. “Usávamos metáforas e linguagens visuais que não chamavam tanto a atenção da censura quanto um editorial ou uma reportagem sobre, por exemplo, a tortura ou o desaparecimento de pessoas” (Nani, 2014).

De acordo com Motta (2004), a especificidade e a riqueza da linguagem caricatural podem ser exemplificadas em dois pontos principais: primeiro, a caricatura tem a faculdade de fazer as mensagens chegarem ao público receptor de modo rápido e impactante. O segredo reside na capacidade da imagem de

sintetizar ideias e conceitos, “efeito que a palavra não consegue produzir em intensidade equivalente”. O segundo ponto seria o fato de que:

A força do riso como arma na luta política, recurso utilizado para enfraquecer a posição dos adversários, é conhecida desde a Antiguidade. Os mestres da retórica ensinavam que uma das melhores maneiras de minar os argumentos do oponente era através da zombaria. (...) A partir do século 18, quando se consolidou como forma de expressão, a caricatura política se estruturou com base nesses princípios (Motta, 2004).

Nesse contexto, os cartuns produzidos pelos artistas da geração de Nani eram manifestações da zombaria de militância e não visavam a ser um produto com acabamento estético irrepreensível: “Minha geração não se preocupava em fazer desenhos bonitos porque não havia tempo” (Nani, 2014).

O artista plástico, cartunista e professor Carlos Jorge Guidacci da Silveira, 74 anos, natural de Manaus (AM), concorda e lembra que a época fez surgir inúmeras publicações alternativas de oposição à ditadura militar. “Este movimento era muito efervescente”. Quando o *Pingente* foi lançado, lembra Guidacci, o que mais se destacava era o nascimento de diversos jornais da chamada imprensa nanica, como os contemporâneos *Pasquim*, *Movimento*, *De Fato*, *Coojornal*, *O Domingão*, *Ovelha Negra*, *Paralelo*, *Brasil Mulher*, *Ficção*, *Bagaço*, *Gam*, *Versus*, *Anima*, *Música*, *Escrita*, *Repórter*, entre vários outros.

O Pasquim na trilha da imprensa satírica

De acordo com Braga (1991), os anos 1970 são normalmente citados como um período de “vazio cultural” devido às limitações impostas pelos governos militares à livre circulação de ideias, de informações e à produção cultural. Entretanto, haveria razões para pensarmos que esta afirmação não é bem fundamentada e um dos melhores argumentos estaria representado na proliferação de periódicos satíricos. Entre estes o mais emblemático foi o semanário *Pasquim*, um jornal carioca fundado ao final da década anterior pelos cartunistas Jaguar e Claudius, o jornalista Tarso de Castro, o crítico Sérgio Cabral, e o publicitário Carlos Prospero (Rego, 1996) - grupo que recebeu imediatamente reforços de vários artistas, jornalistas e intelectuais assim que o primeiro número foi lançado. Como *Fortuna*, *Ziraldo*, *Millôr Fernandes*,

Henfil, Ivan Lessa, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, Newton Carlos, entre outros. Segundo Braga (1996):

Na verdade a nossa história *pasquiniana* extravasa um pouco as fronteiras exatas da década. (...) Este ciclo contrapõe-se de perto ao período de maior autoritarismo em nossa história política recente. A existência do Pasquim e dos outros jornais alternativos foi um dos fatos culturais marcantes da época – e uma demonstração de que “vazio cultural” é uma expressão até certo ponto imprecisa.

Ainda segundo Braga (1991), o Pasquim se colocou na sequência direta da produção humorística brasileira, na trilha de O Malho, a Manha, a Careta e o Pif-Paf, sempre caracterizado por um esforço contínuo de desqualificação das teses adversas. Foi uma passagem da crítica de pressão (característica dos momentos anteriores da história do humor) à crítica de contestação, uma característica dos movimentos de oposição ao regime de 1964. Em muitos momentos, não podendo atacar diretamente a ditadura militar, o Pasquim tratou de ridicularizar fatos sociais coerentes com a sua lógica: a moral e os costumes da classe média, problemas urbanos e atos de personalidades culturais favoráveis ao sistema, mas não diretamente protegidas por ele.

De acordo com Rego (1996), as lições que o Pasquim passara durante a sua existência foram assimiladas pela publicidade, pela grande imprensa e pelos jovens jornalistas que se iniciavam profissionalmente também com o sonho de fundar o seu próprio jornal.

Foi na redação do Pasquim que se conheceram os entrevistados desta pesquisa, que compuseram a chamada “nova geração”, e que sonhavam em editar a sua publicação independente, seguindo uma tendência cultural marcante nessa etapa da história brasileira.

O lançamento e os objetivos do Pingente

O tablóide mensal Pingente foi lançado no dia 6 de junho de 1977, com um evento no Teatro Rival, no centro do Rio de Janeiro. Segundo matéria publicada no jornal O Globo, os cinco diretores fundadores do Pingente eram Guidacci, Nani, Duayer, Coentro e Jésus Rocha, um grupo com idade média de 26 anos. Os quatro primeiros se conheceram no Pasquim, ao qual se integraram na condição de “novos colaboradores” (Ehrlich, 1977).

O mineiro de São Gonçalo do Rio Preto (MG), J3sus Rocha – letrista parceiro de Carlos Lyra e Antonio Adolfo e jornalista com passagem pelo Estado de Minas, Monitor Mercantil e O Jornal – foi apresentado ao grupo por Nani. J3sus tinha, 3 3poca, uma coluna di3ria no peri3dico carioca 3ltima Hora. Segundo Nani (2014) “al3m dos desenhistas, havia o pessoal que escrevia... Tinha o Edson Braga, o Silvio Abreu, o Carlos Eduardo Novaes e o Alexandre Machado, atualmente roteirista do programa *Os Normais* da TV Globo”.

A “nova geraç3o do humor” procurou fazer da sua pr3pria publicaç3o um ve3culo com mais liberdade do que o Pasquim para criticar os poderosos vinculados ao governo militar e experimentar novas linguagens, como a arte sequencial (os quadrinhos), menos valorizada pelos alternativos da 3poca, ampliando o mercado de trabalho. Seus diretores acreditavam na exist3ncia de uma brecha aberta no mercado para o consumo de um novo jornal sat3rico.

Fot3grafo profissional, assessor de imprensa e cartunista, Jos3 Arimath3a Bastos Duayer, 65 anos, natural de Tombos (MG), explicou-nos a motivaç3o essencial do grupo para a empreitada de um novo ve3culo alternativo: “A gente (os chamados juniores) estava sem espaço no Pasquim. N3o havia uma abertura para os novos cartunistas, sendo que as vendas do Pasquim começavam a cair. Mudanças de linguagem propostas por n3s n3o foram aceitas” (Duayer, 2014).

Nani (2014) complementa, apontando a exist3ncia de conflito de geraç3es entre humoristas:

A gente queria publicar mais do que era publicado no Pasquim: ele j3 tinha as suas estrelas que ocupavam 80% do espaço e n3s, da nova geraç3o, fic3vamos de reserva. Se o material do Mill3r ou do Henfil fosse vetado pela censura [pr3via do governo militar], a gente entrava no lugar. Era um conflito de geraç3es: poderia haver outro tipo de jornal e outro tipo de humor. Procur3vamos alternativas para publicar. A gente se espelhava no Pasquim. Nossa geraç3o de humoristas n3o fazia com3dia *stand-up* como 3 moda atualmente. Quer3vamos fazer jornais...

O “pingentismo”

A reportagem publicada no jornal O Globo, divulgando o evento de lançamento, procura apresentar explicações sobre o significado do título do jornal. “Por pingente”, explicou Guidacci ao repórter, “entendemos coisas da nossa sociedade que deveriam estar valorizadas e não estão”. Duayer ressaltou que o “pingentismo” não significava uma bandeira que o grupo estivesse levantando. Os editores procuravam identificar os que estão à margem e usaram o nome do tabloide para substituir o termo “marginal”: “Era uma alusão aos pingentes do trem da Central, às pessoas que ficam à margem. O cartunista também era um *pingente* na sociedade” (Guidacci, 2014).

Segundo Duayer (2014), o objetivo era fazer “um jornal diferente do Pasquim, mais crítico à ditadura e à situação econômica do país do que o Pasquim. (...) Se posicionando como independente, o grande mote do Pingente era dar *porrada* na ditadura”.

Segundo Guidacci, o Pingente visava mostrar

(...) coisas que não publicávamos no Pasquim, como a linguagem sequencial, o quadrinho. Queríamos fazer uma coisa popular e mais escrachada. (...) Mas não foi nenhuma divergência política com o Pasquim, já que ele abrigou também visões radicais. Uma prova disto é que eu mesmo fui processado com base na Lei de Segurança Nacional por uma charge publicada lá.

De fato, durante o governo do general Ernesto Geisel, o cartunista foi chamado a prestar esclarecimentos à temida Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e acusado de ofender o presidente da República, numa charge divulgada no Pasquim (Figura 1). A partir daí o artista teve que enfrentar um longo processo militar instaurado com base na finada Lei de Segurança Nacional (Figura 2).

Figura 1

Desenho de Guidacci que provocou a instauração de um processo movido pela Aeronáutica contra o artista e o semanário Pasquim.



Figura 4

Nani denuncia a prisão arbitrária de estudantes (Pingente, n. 5, outubro de 1977).



Figura 5

Carrascos e ditadores eram alvo frequente das charges do Pingente. Na imagem, desenhos de Duayer, Demo, Mariano, Coentro e Agner (n. 4, setembro de 1977).

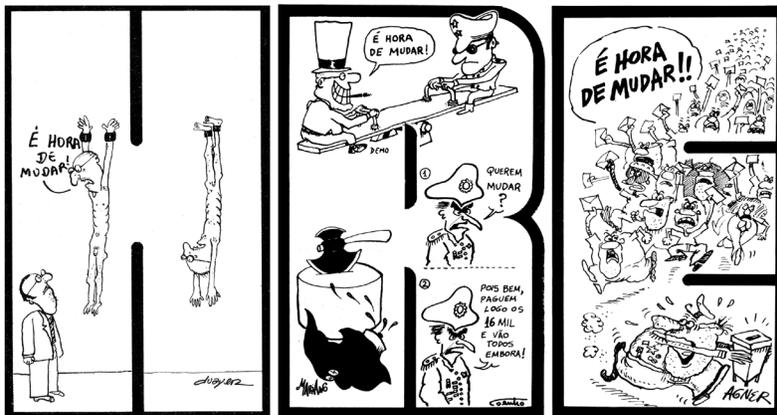


Figura 6

Reinaldo ironiza o apoio dos conservadores à ditadura - Pingente (n. 1, junho de 1977).

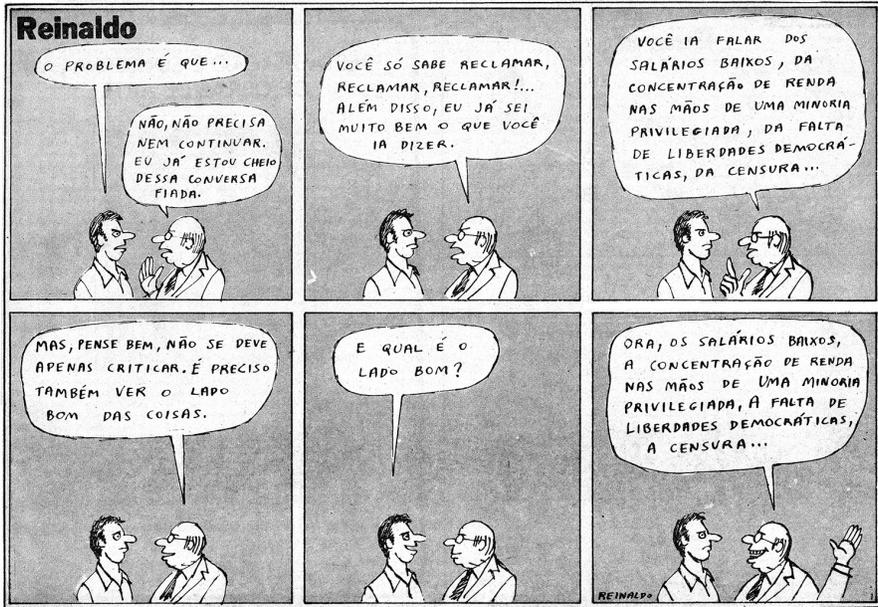


Figura 7

Na visão de Guidacci, Coentro e Nani, o encontro entre o presidente norte-americano Jimmy Carter e o ditador chileno Augusto Pinochet (detalhe) – Pingente (n. 5, outubro de 1977).



Uma surda disputa pelo mercado

Segundo o carioca João Carlos Coentro (apud Ehrlich, 1977), que trabalhou no Jornal do Brasil e publicou desenhos na revista de quadrinhos O Bicho, a tarefa de organizar o Pingente não foi simples: “O esquema marginal, de imprimir em mimeógrafo e distribuir de mão em mão, não nos interessava. Assim fundamos uma editora, que chamamos de Chalaça, dentro de todas as exigências legais, com sede e tudo”.

Duayer (2014), responsável pelos aspectos administrativos e financeiros, nos forneceu alguns números da empreitada comercial da editora Chalaça:

Os cinco sócios se cotizaram e dividiram o valor da edição dos primeiros números. O primeiro vendeu treze mil exemplares, a partir de uma tiragem de quarenta mil e com lançamento no Teatro Rival. A gente foi distribuído em todo o Brasil pela Abril, a maior distribuidora da época. A sua revista *Pato Donald* vendia cem mil exemplares.

Apesar disso, explica, todo o dinheiro arrecadado dava somente para pagar as despesas básicas, com pequeno lucro. “Dava para cobrir os custos, pagar o aluguel, o telefone, boy, táxis e o contador, além de nossa própria alimentação”.

Segundo Duayer (2014), desde o início, foi criada uma situação de desconforto com o Pasquim, parceiro na captação de anúncios. O chargista informa que a Editora Codecri, responsável pelo semanário – a esta altura já em declínio de circulação – começou a atrasar o repasse de recursos da publicidade ao Pingente.

O grande problema que nós enfrentávamos com o Pasquim desde o primeiro número era que, na semana que saía o Pingente, a venda do Pasquim caía entre 10 e 20%. Isto começou a criar atritos dentro da empresa, em relação à gente. Em uma ou duas ocasiões, a gente bateu o Pasquim em uns mil exemplares (Duayer, 2014).

Manifestações da censura

De acordo com Nani (2014), a censura disseminava um clima bastante pesado nas redações dos pequenos jornais alternativos:

O Ziraldo distribuía às nossas namoradas e esposas cartões de advogados para o caso de dar algum problema. A gente tinha coragem de desenhar charges contra a ditadura, mas de modo subjacente havia um clima de terror quando diversas pessoas estavam sendo presas, torturadas e desapareciam.

Relembrando sua experiência no Pasquim, o cartunista Nani (2014) explica-nos como operava o mecanismo da censura prévia:

Quando o esboço chegava da censura, você tinha que finalizar rapidamente o desenho para colocar depressa no jornal. No Pasquim, nós mandávamos sempre uma quantidade bem maior de material para a censura, visando a aproveitar o que passava.

Guidacci (2014) também teve seus trabalhos vetados pela censura prévia: “as cópias xerox dos desenhos eram enviadas à censura para avaliação e aqueles proibidos eram devolvidos com um rabisco em forma de X”.

Eu tive várias charges censuradas e nossa saída era produzir mais e mais, para passar uma ou duas. (...) Depois que acabou a censura prévia, a resposta do regime era processar os editores, ou atentados terroristas às bancas para intimidar jornalheiros que expunham as publicações alternativas (Guidacci, 2014).

De acordo com Duayer (2014), os editores do Pingente viviam apreensivos porque não podiam ser censurados: “Se o jornal fosse apreendido e retirado das bancas ele acabaria, pois não tínhamos condições financeiras de bancar o custo de rodar outro número”.

Com o fim da censura prévia, além de processos, apreensões e atentados, uma outra estratégia foi empreendida pelo governo militar para asfixiar a imprensa nanica: a “censura fiscal”:

Uma operação secreta de uso da Receita Federal para exterminar a imprensa alternativa foi desencadeada entre 1976 e 1978 pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979), mostram documentos sigilosos da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. (...) Embora notabilizado pela suspensão da censura a jornais, pelo fim da tortura de presos políticos e pela distensão “lenta, segura e gradual”, o general, penúltimo ditador do ciclo militar de 1964, autorizou a ofensiva contra os pequenos veículos em despachos com o então ministro da Justiça, Armando Falcão. O ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, concordou com a ação, proposta pelo II Exército (Tosta, 2014).

A sentença de morte do Pingente

A partir de abril de 1978, após um acordo com a direção do Pasquim, o Pingente se tornou um suplemento de oito páginas inserido mensalmente nas páginas do semanário. Seu *slogan* passou a ser: “O Pasquim não pode ser vendido separadamente”.

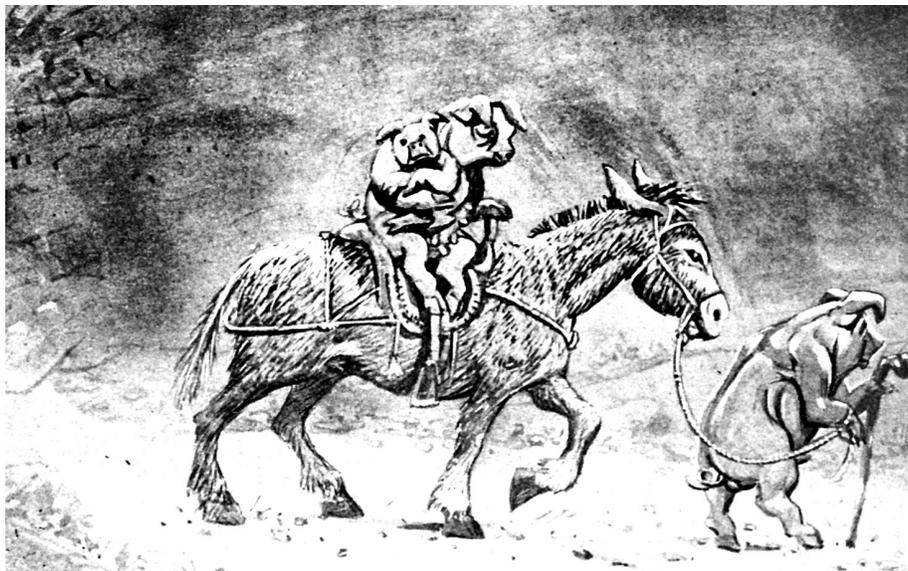
Segundo Duayer (2014), após um breve período de três edições, o “suplemento Pingente do Pasquim” acabou tendo a sua sentença de morte proferida, paradoxalmente, por uma carta enviada à redação pelo jurista Sobral Pinto, considerado um dos paladinos da redemocratização e do retorno do país ao estado de direito.

Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893 - 1991) foi ferrenho defensor dos direitos humanos, especialmente durante o Estado Novo e a ditadura militar. Católico fervoroso, acabou por se notabilizar como criminalista defensor de perseguidos políticos (Wikipedia, 2014). De acordo com Duayer (2014):

O grande problema foi o desenho do ilustrador Shimamoto *A fuga do Egito* [figura 8] (...) O Sobral Pinto escreveu uma virulenta e longa carta criticando a ilustração, onde viu um inadmissível ataque à Igreja Católica. Nessa época, os grandes frigoríficos como Sadia, Perdigão, Swift fizeram campanhas contra a criação de suínos por cidadãos comuns. O governo saiu dizimando criadouros independentes de pequenos fazendeiros. Nós fizemos um número do Pingente somente baseado neste tema. (...) Após esta forte reação adversa, o Ziraldo e a direção do Pasquim decretaram o fim do suplemento Pingente.

Figura 8

“A fuga do Egito” (detalhe) – o desenho do ilustrador Shimamoto marcou o fim do suplemento *Pingente* no *Pasquim*.



Para Duayer (2014), havia outros temas alvo de cuidados especiais dos editores do *Pasquim*, constituindo verdadeiros tabus dentro de sua redação:

Colocar o [banqueiro e ex-governador de Minas Gerais] Magalhães Pinto de peruca como fizemos na capa do *Pingente* [Figura 3], por exemplo, nem pensar, era algo que não sairia nunca publicado no *Pasquim*, pois os caras eram muito amigos de José Aparecido, um diretor do Banco Nacional.

Balço de uma experiência editorial

A experiência do lançamento nacional do *Pingente* repercutiu em vários estados: em São Paulo, o cartunista Geandré lançou o tabloide *Ovelha Negra*, e isto reverberou em outros lugares. “O *Pingente* foi um pré-Planeta Diário. Só que a nossa filosofia na época era política porque

esta pauta ainda estava pegando pra capar. O Planeta Diário foi o fim desta época, quando não havia mais a censura” (Nani, 2014).

O humorista pontua que as preferências mudam na medida em que as gerações se alternam: “Hoje, a nova geração quer ser comediantes e não mais desenhar ou produzir humor gráfico. Naquela época, ninguém se mirava em Chico Anísio ou Jô Soares: um jornal alternativo passava uma imagem bem mais intelectualizada”.

Na falta de uma participação mais intensa do público – recebiam apenas uma ou outra carta de leitores – o que ficou de mais importante, para Guidacci, foi o estreitamento dos laços com os amigos com quem compartilhou o processo criativo: “O importante desta experiência foi trabalhar coletivamente, com pessoas com quem convivia e cujos trabalhos eu admirava. Esta experiência enriquece”.

Os humoristas que lançaram o Pingente estão descrentes do atual mercado para o humor gráfico na imprensa tradicional, mas destacam alternativas oferecidas pelas novas tecnologias. Para Nani (2014), “atualmente, a alternativa da internet é muito boa e você não tem censura nenhuma. Eu coloco de seis a oito desenhos por dia nas mídias sociais”.

O cartunista Guidacci segue a mesma linha de pensamento: “Os jornais estão fechando e não há mais espaço para o quadrinho nem para a charge. O futuro da caricatura vai ser na internet e na rua, no caso da intervenção urbana”.

Ao analisar a curta experiência editorial do Pingente, Nani observou que, olhando em perspectiva, o Pasquim também durou pouco:

Fazendo uma comparação com outros jornais satíricos da história do Brasil, diversos deles duraram trinta, quarenta anos, como A Careta, D. Quixote, Tico-Tico, etc. O que tem acontecido é um processo de redução da vida dos periódicos, que marca a involução do consumo do humor gráfico: até o prestigiado Pif-Paf, do Millôr Fernandes, durou somente sete números...

Para Nani (2014), a charge de opinião editorial perdeu o papel que desempenhou na história política do país.

Nos anos 1970, os cartunistas eram contratados por sua opinião, que tinha relevância e importância. O chargista era muito bem pago. Hoje, a caricatura está condenada pelos grandes jornais devido à censura corporativa e aos interesses econômicos.

Considerações finais

Este texto objetivou explorar com depoimentos e imagens o período da história política e cultural brasileira em que proliferou a chamada *imprensa alternativa*, oferecendo uma contribuição ao tema. Este tipo de movimento – rico e efervescente – representou uma forma de resistência da sociedade civil contra o autoritarismo do golpe militar de 1964. Apesar de os anos “de chumbo” ser citados como um período de esvaziamento cultural, concordo com Braga (1991) que tal afirmação não é bem fundamentada e um dos melhores exemplos estaria na proliferação dos inúmeros periódicos nanicos.

O artigo pretendeu resgatar um episódio ainda inexplorado da trajetória da imprensa satírica brasileira: o lançamento do tabloide carioca *Pingente*, criado por cinco jovens humoristas, insatisfeitos com a linha editorial imposta aos “novos” pelo Pasquim. Foi na redação do incensado semanário que se conheceram os entrevistados desta pesquisa, que compuseram a chamada “nova geração do Pasquim” e que se reuniram com o objetivo de editar uma publicação independente.

Sublinha-se que, durante o longo período da tutela militar, foi basicamente através do riso que a sociedade pode respirar, uma vez que a circulação de visões críticas ao regime era severamente reprimida. Seguindo sua tradição secular de *redentor do pensamento* (Ritter, Bataille) ou de *validador da verdade* (Nietzsche) – ao empregar criativas metáforas e linguagens visuais que ludibriaram o raciocínio linear dos poderosos, presos ao primado da “seriedade” – o humor vislumbrou denunciar o autoritarismo, a tortura, o desaparecimento de cidadãos e fortaleceu a campanha dos brasileiros pelo restabelecimento dos seus direitos civis.

Nota

1. O autor deste artigo, que participou dos jornais *Pingente* e *Pasquim* na qualidade de cartunista e colaborador, agradece aos cartunistas Nani, Duayer e Guidacci pelos depoimentos e pelo material documental fornecido.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./FGV, 1999. 216 p.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa do que pra oba*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. 256 p.

DUAYER, José Arimathéa Bastos. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2014.

EHRlich, Marcio Sidnei. *O humor pingente dos novos cartunistas*. Rio de Janeiro: O Globo, 06 de junho de 1977. Página 40.

GUIDACCI, Carlos Jorge. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2014.

MOTTA, Rodrigo Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcello e MOTTA, Rodrigo Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. 334 p.

NANI, Ernani Diniz Lucas. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2014.

REGO, Norma Pereira. *Pasquim: gargalhantes pelejas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Prefeitura, 1996. 128 p.

TOSTA, Wilson. Geisel fez cerco à imprensa nanica. O Estado de S. Paulo. (on-line). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,geisel-fez-cerco-a-imprensa-nanica,364917,0.htm> Acesso: 24 fevereiro 2014.

WIKIPEDIA. Golpe de Estado no Brasil em 1964 (on-line). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/> Acesso: 25 de fevereiro de 2014.

_____. Heráclito Fontoura Sobral Pinto (on-line). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/>. Acesso: 25 de fevereiro de 2014.

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de ilustrar com depoimentos e imagens um período específico da história política e cultural do Brasil. Serão abordados aspectos da atuação da imprensa alternativa de humor durante os anos 1970, na resistência da sociedade civil contra o autoritarismo implantado pelo golpe militar de 1964. Após uma breve introdução sobre as raízes filosóficas do humor, o texto vai resgatar um episódio da história da imprensa satírica: o lançamento do *Pingente*, um tabloide carioca criado por cinco humoristas insatisfeitos com o espaço disponível, a linha editorial e as possibilidades criativas oferecidas pelo semanário *Pasquim*, o maior ícone da *imprensa nanica*. O autor gravou entrevistas guiadas com três componentes do núcleo de editores que se lançaram nessa empreitada: os cartunistas Nani, Duayer e Guidacci, integrantes da chamada “nova geração do *Pasquim*”.

Palavras-chave

Imprensa nanica - Ditadura militar – Humor – Riso – Charge - Cartum.

Abstract

This article aims to illustrate with testimonials and pictures a specific period of political and cultural history of Brazil. It will discuss aspects of satirical alternative press in the ‘70s, and the fight of civil society against authoritarianism deployed by antidemocratic military government installed in 1964. After a brief introduction about the philosophical roots of humor, the text will redeem an episode of the history of satirical press: the launch of *Pingente*, a carioca journal created by five cartoonists dissatisfied with editorial and creative possibilities offered by weekly *Pasquim*, the greatest icon of nanica press. The author made interviews with three editors who launched this newspaper: cartoonists Nani, Duayer and Guidacci, known as the “*Pasquim*’s new generation.”

Keywords

Alternative press - Military dictatorship – Journalism – Humor - Graphic humour.